



Antigos emigrantes na Suíça regressados a Portugal

Seguro de Doença obrigatório na Suíça foi afastado

Acesso ao Serviço Nacional de Saúde garantido conforme a Constituição Portuguesa

De acordo com notícias de que vamos tendo conhecimento, publicadas em Portugal ou provenientes da Suíça, tudo indica que terá sido feita justiça às reclamações dos antigos emigrantes na Suíça (pensionistas de invalidez e velhice) já regressados a Portugal e a quem o Governo português em negociações no âmbito da União Europeia havia retirado o direito de acesso ao Serviço Nacional de Saúde (assistência médica e medicamentosa) obrigando estes cidadãos a subscreverem os seguros de doença privados (e caríssimos) da Suíça, fazendo tábua rasa do direito à saúde (SNS) consignado na Constituição em pé de igualdade para todos os cidadãos.

A Associação de Reencontro dos Emigrantes, que desde há vários meses se vinha batendo contra esta “negociata” do Governo à revelia dos interesses dos cidadãos e que, com o apoio dos portugueses regressados da Suíça, havia realizado variadas iniciativas com vista a repor os seus direitos, só pode congratular-se pelo facto de tal objectivo ter sido conseguido, a confirmarem-se as notícias que vêm sendo difundidas.

Lamentavelmente, as instituições governamentais e da administração pública portuguesas, que nunca responderam cabalmente às reclamações que lhes remetemos, continuam a manter o silêncio ao nosso pedido de confirmação destas notícias, parecendo mais fácil a relação com as instituições suíças do que com as do nosso país. Fica também clara a falta de razão de governantes portugueses que vinham invocando uma pretensa “imposição da União Europeia” quando se tratava de decisão que foi levada a cabo pelo Governo português no ano passado. Da mesma forma se revela também que não se pode confiar de olhos fechados nas instituições da administração pública, pois os Centros Regionais de Segurança Social vinham actuando nesta matéria como autênticos “mediadores das seguradoras privadas suíças” e, como verificámos num caso, até dando informações erradas aos utentes.

Daqui resulta o acréscimo de interesse que há em que todos os emigrantes regressados a Portugal procurem manter-se bem informados e em se associarem por forma a melhor defenderem os seus direitos, não confiando cegamente na “bondade” de decisões vindas da União Europeia ou dos seus ecos produzidos pelos Governos nacionais.

Relativamente aos mais de 6 mil portugueses pensionistas regressados da Suíça, para além de os saudar pela vitória obtida (embora com a ressalva de que ainda nos faltam confirmações oficiais escritas preto no branco) recomendamos que garantam o seu direito ao Serviço Nacional de Saúde através dos Centros de Saúde locais, onde devem estar inscritos e ter os seus Cartões de Utente, com pleno gozo do seu direito à assistência médica e medicamentosa pelo SNS. Se algum obstáculo se levantar nesta matéria, devem desde logo reclamar localmente e dar-nos conhecimento dos factos.

A partir de agora, convirá que, quem ainda não o fez, cancele os seus contratos com as seguradoras suíças. Os seguros de doença (ou seguros de saúde, como também são conhecidos em Portugal) não são obrigatórios. São facultativos ou voluntários. Só os faz quem quiser e tiver meios para ter garantias complementares que lhe proporcionem melhores ou mais rápidos cuidados médicos. E tanto podem ser feitos em Portugal como na Suíça, sendo que estes são 3 vezes mais caros do que em Portugal e só poderão interessar, eventualmente, a alguém que se desloque frequentemente à Suíça. Fora destas situações, haverá que estar munido dos formularios adequados (da União Europeia) para ser assistido em Portugal ou na Suíça, para os que estão lá e viajam a Portugal ou vice-versa.

Cumpre-nos ainda (e sempre ressaltando essa necessidade de confirmação oficial) agradecer o empenhamento dos ex-emigrantes nas acções de luta que foram realizadas, bem como o apoio que nos foi prestado na Suíça pelo Sindicato da Indústria e Construção (GBI-SIB), por parte do Conselho das Comunidades Portuguesas que também se pronunciou sobre este assunto, bem como de deputados de diferentes bancadas da Assembleia da República que (uns mais cedo, outros depois) intervieram nesta matéria, não esquecendo ainda a eurodeputada Ilda Figueiredo que levou esta questão ao Parlamento Europeu, onde colocou uma pergunta à Comissão.

Aos ex-emigrantes que nos apoiaram reiteramos o nosso interesse em que continuem connosco, hoje e no futuro, para as acções que sejam necessárias à defesa dos nossos direitos de cidadania.

A Direcção da ARE

Mais informação em www.emigrantes.org